
ASPECTOS E PROBLEMAS DE UMA COMPREENSÃO PLURAL DE MODERNIDADE

Prof. Dr. Thomas Schwinn
thomas.schwinn@soziologie.uni-heidelberg.de
Max-Weber-Institut für Soziologie
Universität Heidelberg

Thomas Schwinn (1959 -) é desde 2008 professor de Sociologia Geral com ênfase em Teoria Sociológica na Universidade de Heidelberg; entre 2003 e 2008 foi professor de Sociologia Geral e Teoria Sociológica na Universidade Católica de Eichstätt-Ingolstadt (*Lehrstuhl 1*). Estudou Sociologia e Ciência Política na Universidade de Heidelberg e desde 2010 é coeditor da Revista *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*. Trabalha com os seguintes temas: teoria sociológica, Max Weber, modernidades múltiplas, teoria da diferenciação e desigualdade social. Entre seus últimos trabalhos publicados estão: *Alte Begriffe – Neue Probleme. Max Webers Soziologie im Lichte aktueller Problemstellungen* (com Gert Albert) (2016) e *Max Weber und die Systemtheorie* (2013).

No artigo que segue, T. Schwinn apresenta a noção de “múltiplas Modernidades” como alternativa para as novas questões que surgiram ao longo das últimas décadas e que colocam em cheque as formas tradicionais de se trabalhar com o complexo conceito de Modernidade pelas ciências sociais. Schwinn é estudioso da teoria weberiana e revela ao longo do artigo a atualidade do pensamento de Weber, bem como as mais recentes vertentes que encaram os problemas atuais inspirados, mas não limitados, pela reflexão do sociólogo alemão. O artigo foi originalmente publicado em dezembro de 2013 na *Österreichische Zeitschrift für Soziologie* (Volume 38, Issue 4, p 333–354; ISSN: 1862-2585 (Online)) sob o título *Aspekte und Probleme eines pluralen Moderne-Verständnisses*.

Tradução de Murilo Gonçalves dos Santos
Revisão de Ulisses do Valle

Resumo: A ideia de uma variedade de modernidade modifica o atual sistema coordenado conceitual que a sociologia tem a oferecer para a definição de modernidade. Isso ocorre devido a uma dupla percepção de distinção: por um lado, em relação ao próprio passado e, por outro, em relação às sociedades não-ocidentais. Ao se pensar em termos de múltipla modernidade, ambas as diferenciações perdem relevância. Esse fator é frutífero e inovador. Os problemas envolvidos devem ser cada vez mais abordados em futuras discussões. Aqui quatro aspectos são enfocados: 1. A distinção entre tradição e modernidade, e o que deve substituí-la. 2. Quão amplos são os espaços institucional e cultural de ação e as interdependências do sistema moderno de ordem social? 3. A ideia de universais modernos e seus efeitos de atração é ainda sustentável e de qual modo seria apropriada? 4. A crescente discussão a respeito da guerra e dos incontrolláveis efeitos colaterais questiona reivindicações normativas ligadas à modernidade? Essas quatro questões tem um ponto em comum: abertura e pluralização, e, portanto, leva ao risco de tornar banal e trivial o significado do conceito de modernidade. A tarefa de elaborar seus limites e sua unidade ainda precisa ser feita.

Palavras-chave: modernidade; múltiplas-modernidades; teoria-da-modernização; tradição; universais.

Abstract: The idea of a variety of modernity modifies the current conceptual coordinate system that sociology has to offer for the definition of modernity. This is due to a dual perception of difference, on the one hand with respect to the own past and on the other hand with respect to the non-Western societies. Discussing about multiple modernity, both differentiations are losing importance. This is a fruitful and innovative factor. The problems involved should increasingly be tackled in future discussions. Four aspects are in the focus: 1. The distinction between tradition and modernity, and what should replace them. 2. How broad are the institutional and cultural leeway and the interdependencies of the modern system of social order? 3. Is the idea of modern universals and their magnet effects still tenable and in which form is this appropriate? 4. Does the increased discussion about war and uncontrolled side effects call into question normative claims connected with modernity? The four issues have one thing in common: opening and pluralization, and thus

the risk to inflate and trivialize the meaning of the concept of modernity. The work of elaborating its limits and unity still needs to be done.

Keywords: Modernity; Multiple-modernities; Modernization-theory; Tradition; Universals

A sociologia emergiu com a Modernidade como uma disciplina voltada para a sua descrição e explicação. As teorias clássicas dos séculos XIX e XX debruçaram-se sobre a questão do que constitui especificamente essa nova época. A expressão “Modernidade” é mais antiga que as ciências sociais e os clássicos do campo raramente a utilizam; ela não aparece como um conceito fundamental. Apenas com a “teoria da modernização” das décadas de 50 e 60 é que ela se dissemina pela sociologia. Entretanto, certamente, ela já era presente. A Modernidade não é um conceito fundamental, mas sim uma demarcação de um horizonte difuso dentro do qual o trabalho conceitual acontece, mas sem poder alcançar tal horizonte. Este se deve a uma dupla diferença de percepção. Uma em direção ao próprio passado e dos outros em direção às outras sociedades (ainda) não modernas fora do ocidente. Ambas dicotomias são impelidas uma pela outra: tradicional - racional, mecânico - orgânico, segmentar - funcional, comunidade - sociedade e várias outras figuras de pensamento de evolução servem do mesmo modo à compreensão da própria história, bem como das outras culturas e regiões.

Admite-se que a sociologia é, a seu turno, frente à pré-modernidade e ao “Outro cultural” (*Fremdkulturelle*), somente um meio de auxílio e contraste voltado para a compreensão do novo. De acordo com isso, importantes delimitações disciplinares se desdobram ao longo dessas dicotomias, à ciência histórica e às disciplinas especiais como etnologia, sinologia, indologia e às ciências islâmicas, entre outras. As ciências especiais das sociedades não-europeias foram, por conta disso, marginalizadas pela sociologia. Porém, estas refletem somente um Outro pré-moderno que, cedo ou tarde, seria substituído por meio daquelas condições qualificadas pela sociologia como “modernas”. Dificilmente uma das teorias sociológicas foi desenvolvida em confrontação com essas disciplinas. A teoria da modernização do pós-guerra, que foi explicitamente concebida para o mundo não ocidental, interessou-se apenas pela exportação do pensamento ocidental e suas

instituições. Ela não tinha uma percepção das condições de adoção e recebimento que o conhecimento especializado requer. Um outro lado da consolidação da diferença moderno/pré-moderno é a apresentação demasiadamente compacta da Modernidade pela maioria das teorias sociológicas. A análise de uma grande diferença entre Modernidade e pré-Modernidade deixa as diferenças dentro da própria Modernidade desvanecerem, faz estas parecerem irrelevantes.

Nas últimas décadas, ambas as delimitações, a histórica e a pautada no “Outro cultural”, recuaram. Tal processo permite-se inferir, dentre outras razões, pela proliferação de conceitos sociológicos e de conceitos de época dos quais lançaram mão as teorias de mercado deste período: capitalismo tardio, sociedades pós-industriais, sociedade de risco, modernidade tardia, modernidade dupla, múltipla modernidade, pós modernidade e assim por diante. Essas propostas conceituais não são mais expressas a partir do “pré-moderno”, enquanto contraste histórico, mas sim em termos de modernidade imanente. As chamadas *Service Oriented Societies* pós-industriais, por exemplo, tomam o lugar daquelas caracterizadas como industriais, [Página 334] mas ambas indubitavelmente pertencem à Modernidade. O conceito compacto não é mais adequado como base identitária para a caracterização de uma época. Em vez disso, uma diferenciação interna da época toma lugar. Por isso, a Modernidade se auto tradicionaliza. Setores industriais anteriores, como o Vale do Ruhr, não são mais transferidos para meros estoques de memória. Enquanto que para os clássicos da área a problemática genética do avanço histórico se coloca em primeiro plano, nas últimas décadas as transformações da própria Modernidade são levadas ao centro.

O próprio elemento contrastante (*Kontrastfolie*) das sociedades tradicionais é cada vez menos adequado para desenvolver um conceito e uma auto-compreensão viáveis de Modernidade. Não existem mais sociedades ou regiões que não foram modernas. A Modernidade se disseminou pelos últimos cantos do mundo e com isso fez desaparecer o fator exótico da base identitária do Outro. Bem como em relação à referência do tempo ou da época, a tematização da Modernidade também se refere a si mesma, em termos de referência social. O próprio entendimento de Modernidade é dilacerado com o crescente círculo de significação. Todavia não é reconhecido que a Modernidade foi substituída por um conceito consecutivo - antecipemos uma vez a discussão em torno da pós-modernidade

na década de 1980, que entrementes se tornou silenciosa e que praticamente não deixou pistas conceituais a respeito do assunto. É dominante a análise na qual vive-se em uma época que se modifica, cujo o potencial de transformação ainda não se encontra exaurido. Ulrich Beck (2008, p. 200), por exemplo, partiu dessa formulação para conceber sua teoria dos negócios (*Theorieunternehmen*), como segue: “um insight fundamental da teoria da modernização reflexiva é que nós, no início do século XXI, não somos confrontados com o fim da Modernidade (com a pós-Modernidade), mas com a mais-Modernidade (*Mehr-Moderne*), com uma dinâmica de radicalização que modificou de modo inesperado suas próprias fundações de racionalidade e instituições básicas, gerando colapsos, mas também abrindo novas opções de ação”.

Na reflexão que segue, eu gostaria de investigar, em cinco pontos, algo bem específico da questão a respeito de que modo o sistema de coordenação básica (*Grundkoordinationssystem*), que nos apresentou a teoria sociológica atual, se desloca para a determinação da Modernidade, quais consequências estão relacionadas a isso e como se pode confrontá-las.

1. Âmbitos e interdependências

As adoções institucionais e de teorias da cultura pertencem a todas as concepções elaboradas de Modernidade. Até o momento, uma forte compreensão de interdependência foi dominante. Ela é atribuída a um caráter sistemático da Modernidade, no qual todas as áreas e processos sociais e culturais se desenvolvem paralelamente, apoiam-se uns aos outros e somente juntos podem engendrar a Modernidade (*Modernität*). Por via de regra, somente uma combinação específica de elementos institucionais e culturais foi e ainda é vista como promissora: a ocidental. Nos novos trabalhos, esse teorema de interdependência tem sido abrandado. Nem os componentes institucionais entre eles, nem em sua relação com os componentes culturais são interior e necessariamente ligados uns aos outros: eles podem se colocar, uns em relação aos outros, em variadas combinações. Essa crítica já foi apresentada na década de 1970 por Eisenstadt (1973), Wehler (1975) e Lepsius (1977). **[Página 335]** Nesse sentido, ela não é recente. O que, todavia, é novo, são

as consequências teóricas que advêm dessa crítica. Em trabalhos passados, a crítica histórica à excessiva generalização da teoria da modernização permaneceu, mesmo que em níveis diversos. Nos trabalhos recentes, enxergo a tentativa de reflexão sobre as consequências das diversas modelagens do padrão de organização voltada para uma teoria da Modernidade.

A Modernidade abre um horizonte de possibilidades que pode ser diversificadamente elaborado, ideal e institucionalmente. Pesquisas de campos específicos a respeito das variantes do capitalismo, da democracia, do estado social e dos sistemas de educação confirmam isso. Quão próximo e de que forma determinadas áreas institucionais estão associadas a outras depende também dos contextos culturais. Assim são em grande medida caracterizadas, por exemplo, as noções (*Vorstellungen*) de modernização chinesa (GRANSOW, 1995, p. 188, p. 191; OSTERHAMMEL, 2002, p. 83). A tradicional legitimação do soberano, de influência confuciana, foi fortemente mensurada no sentido do bem-estar econômico dos subordinados. A Modernidade é um conjunto (*Baukastensatz*) que pode ser composto de diversas formas e com arranjos organizacionais distintos e estáveis que em diversos sentidos são eficientes e viáveis. Os padrões e os precursores não se deixam compreender simplesmente por um modelo. Os desenvolvimentos das sociedades não-ocidentais compelem a sociologia a abrir mão de seus inequívocos pressupostos pautados na Modernidade e a se abrir às formas de organização e combinação. Sociedades precursoras que são capazes de definir novos padrões de Modernidade (*Modernität*) só podem fazê-lo normalmente em relação a certos ou alguns poucos aspectos e não em um sentido completo. Como no Japão, nas décadas de 1980 e 1990, onde isso ocorreu relativamente a aspectos econômicos e organizacionais, mas não no que diz respeito a aspectos políticos, científicos ou culturais. A Modernidade não se deixa determinar completamente por uma “sociedade” de níveis agregados (*Aggregatniveau*) e todos os seus pormenores¹. Os múltiplos arranjos de diferenciadas organizações nos países trazem benefícios em relação a diversos aspectos, porém nenhum padrão de organização define a Modernidade de forma completa e essencial. De acordo com isso, nenhuma nação ou região pode se acomodar sob determinado arranjo organizacional nas relações de concorrência

¹ Para a capacidade de uma teoria macro-social de contextos gerais ver SCHWINN (2001, 2004).

internacional. O rótulo “moderno” não está irremediavelmente vinculado a uma constelação específica, mas sim diretamente à habilidade de se modificar e encontrar novos arranjos institucionais que venham a ser promissores.

As fronteiras também certamente pertencem aos escopos possibilitados pela Modernidade. Nem todas as combinações são bem-sucedidas e competitivas. Determinados países terminam sempre nos melhores lugares em rankings baseados em dados econômicos, standards democráticos, qualidade de universidades, sistemas de saúde etc. Também na literatura de países subdesenvolvidos, especialmente nos estudos pós-coloniais, encontra-se a tensão ou a inconsistência entre a reivindicação, no âmbito da cultura, de uma forma própria de Modernidade (*Modernität*) e o simultâneo atraso deflagrado e lamentado. A ênfase exagerada aos aspectos culturais de sua Modernidade (*Modernität*) não se coloca frente a qualquer análise institucional satisfatória (DOMINGUES, 2006 p. 383). O horizonte e as possibilidades de combinação de componentes culturais e institucionais da Modernidade não podem ser quaisquer um.

[Página 336]

Muitos autores esquivam-se do desafio conceitual de mensurar e delimitar institucionalmente o espectro da Modernidade. Debruça-se aqui sobre análises advindas da sociologia do conhecimento (REUTER e VILLA, 2010, p. 23, p. 16; KNÖBL, 2012, p. 24, p. 36, p. 56), que objetivam a desconstrução de concepções dominantes da Modernidade (*Modernitätskonzeptionen*), bem como a reconstrução do discurso e semântica da Modernidade. Esses esforços levam definitivamente a perceber sob quais circunstâncias e a partir de quais razões, qual compreensão de Modernidade, nos respectivos contextos culturais, foi dominante. Todavia, não pode ser esquecido que, hoje, uma Modernidade globalmente difundida depende das relevantes circunstâncias de uma sociologia do conhecimento, e que essa Modernidade possui uma importante influência sobre como contextos culturais se reproduzem em seu interior. Nações e regiões plenamente modernizadas modificam o contexto para todas as outras sociedades (BENDIX, 1988). É muito improvável que padrões institucionais e seus arranjos sejam completamente renovados. Uma vez realizadas, essas descobertas institucionais alcançam, por meio de relações referenciais, a atenção de outras nações que devem reagir, por via de um

assentimento ou uma modificação, em dependência às relativas condições. Os caminhos da Modernidade (*Modernitätspfade*) dirigem-se não a Modernidades fundamentalmente novas, mas são o resultado de processos de aprendizado e troca. É de se presumir que a piscina institucional da Modernidade é limitada. A tarefa, urgente e ainda não atingida, consiste em determinar o horizonte de possibilidades das interdependências institucionais.

Knöbl (2010, p. 803) avalia isso como uma dificuldade em princípio intransponível e classifica sua própria posição como “bastante ‘ateórica’”. Seu argumento contra uma determinação ideal-típica da Modernidade é por ele fundamentado como segue: “uma definição teórica de instituições sofre constantemente do problema de que as características estruturais evidentemente consideradas como de sociedades (modernas) do século XIX e início do século XX foram mal difundidas para fora do ocidente e em fins do século XX frequentemente nem mesmo mais nesse ocidente foram tão fáceis de se encontrar e determinar como antes”. Essa aceção convence pouco (SCHWINN, 2010). As ideias condutoras (*Leitideen*) ou códigos de contextos institucionalmente diferenciados são muito estáveis e não tem se alterado mais desde o século XIX, bem como em quantidade (SCHIMANK, 2009, p. 210). Materialmente novas, as áreas institucionais de esferas de valor constituídas e legitimadas não são incluídas. Nesse sentido, a Modernidade tem à disposição um certo padrão na organização de princípios. Atualmente estes se difundem também a nível internacional. Variâncias e uma reprodução da Modernidade resultam de: a) distintas institucionalizações das ideias condutoras (num sistema teórico: programação dos códigos) - a verdade científica pode ser tomada institucionalmente de formas diversas; b) distintas capacidades de globalização das ideias condutoras - melhor para verdade que para religião ou política; c) distintas constelações nas quais as organizações se colocam; essas são tematizadas na pesquisa comparada de instituições - variedades de capitalismo, formas de regimes políticos etc. Aqui são decisivos os legados culturais e estruturais, bem como as condições atuais.

Para evitar o perigo da arbitrariedade da determinação de Modernidades (*Modernitäten*), um especialista do presente artigo sugere constituir o tipo ideal de uma Modernidade completa e concentrar o trabalho analítico na percepção da distância, da discrepância entre o tipo e a realidade concreta. Na realidade, o perigo da arbitrariedade

[Página 337] é presente; é questionável, todavia, se ele pode ser afastado pela proposta da construção de um modelo de Modernidade. Os representantes da teoria clássica da modernização tentam, a seu turno, trazer as vantagens do modelo lógico unitário frente ao modelo lógico múltiplo. Este modelo parte de uma sistemática imanente da Modernidade, na qual “todas as coisas boas vão de mão em mão” (BERGER, 2006, p. 217). Com uma tal abordagem “*one-best-model*”, a tese das múltiplas Modernidades de Eisenstadt poderia ser colocada de lado. A apresentação de uma teoria da modernização de uma “totalidade da Modernidade” é, porém, analiticamente irresgatável. Max Weber trabalhou com um modelo conflituoso de Modernidade, no qual existe uma tensão fundamental entre distintas esferas de valor. Essas esferas necessitam de interpretação e, em decorrência disso, abrem diferentes possibilidades de institucionalização. No lugar de um modelo sistemático de Modernidade apresenta-se uma diversidade de constelações de organização, cujas vantagens e desvantagens não se compensam de forma clara². Algumas áreas institucionais podem se desenvolver melhor sem as instituições complementares frequentemente subordinadas: A economia chinesa tem crescido rapidamente nos últimos anos, não apesar de, mas justamente pela razão dela não ser impedida por uma ordem democrática.

A partir da orientação pela estratégia weberiana de teorização baseada na história comparada, tipos só podem ser significativamente formados por meio da comparação. Somente por meio dela pode-se seguramente saber que se está lidando com um tipo. Na sociologia da religião de Weber a separação entre Mundo e Transmundo, Imanência e Transcendência é o critério de comparação central. Esse se dirige às tensões entre as imagens do mundo (*Weltbildern*) transcendententes e o “mundo daqui” (*diesseitigen Welt*), frente os quais as religiões reagiram diferentemente. Fuga do mundo (*Weltflucht*), superação do mundo (*Weltüberwindung*), dominação do mundo (*Weltbeherrschung*) e indiferença ao mundo (*Weltindifferenz*) guiaram-se por distintos caminhos de desenvolvimentos das regiões. É no momento ainda incerto o que deve ser posto em analogia ao critério de unidade da Modernidade sobre o qual sua diversidade se desenvolve. De qualquer modo, “completude” ou “integralidade” (*Komplettheit oder Vollständigkeit*) não o são - como nem tampouco uma das religiões mundiais exauriu o

² Um exemplo: o sistema de saúde norte americano corresponde a 18% do PIB e é o mais caro do mundo; porém, a expectativa de vida é mais baixa que a de Cuba ou Porto Rico.

espectro completo da revolução da Era Axial. A unidade da Modernidade não pode ser colocada por meio de um modelo geral e abstrato, nem as variâncias empíricas determinadas como subcasos (*Unterfälle*) em distância a um modelo geral. Muito mais deve ser constituído a partir da comparação de variantes da Modernidade, sem que leis sejam impostas. A arbitrariedade não é para ser confrontada por um modelo (completo), mas sim por um critério de comparação que descreva as alternativas da Modernidade nas quais diversas formas venham a se realizar. A noção de integralidade é um critério abstrato muito simplista que não escapa à acusação da “*fallacy of misplaced concreteness*”, visto que ele não apreende adequadamente o potencial ou o problema fundamental da Modernidade³. Para pegar um aspecto do tópico 4: o nazismo e o holocausto também devem ser compreendidos como uma das possibilidades inerentes à Modernidade. [Página 338]

2. A distinção entre Tradição e Modernidade e o que deve tomar seu lugar

A determinação da Modernidade a partir de uma teoria institucional tem próxima a si a determinação de caráter de especificidade da época. Em relação à irreduzível dicotomia entre Tradição e Modernidade, considerada característica pela teoria clássica da modernização, acredita-se na divisão dos eventos históricos e na possibilidade de responder claramente às questões relativas ao início das épocas. Em diversos Tableaus, as características de indivíduos, instituições e de valores culturais foram classificadas de forma dicotômica, seja como adequadas à Modernidade (*modernitätstauglich*) ou como tradicionais e, com isso, impeditivas à Modernidade (*modernitätshinderlich*). Na nova crítica à teoria da modernização, tal dicotomia é decomposta em alguns pontos. As tradições não desaparecem sob a influência da modernização: elas sobrevivem em uma forma modificada e participam consideravelmente na forma pela qual os caminhos e padrões da Modernidade passam a se configurar. A Modernidade não só seleciona o tradicional, como os próprios elementos tradicionais participam na definição dos elementos modernos, bem como de sua nova definição e a quais condições já existentes

³ No tópico 5 isso será aprofundado.

têm de se adaptar. A partir disso, volta-se a uma reavaliação de tradições outrora consideradas como obstrutivas à modernização. Especialmente o desenvolvimento bem-sucedido de países do leste asiático caracterizados pelo Confucionismo desordenou a familiar dicotomia entre tradicional e moderno. Quando se fala em uma Modernidade na Ásia “confucionista”, não se pode colocar o Confucionismo como um elemento tradicional dessa Modernidade, oposto a ela, pois é ele próprio parte e causa dessa forma de Modernidade (*Modernität*). Da mesma forma, quando o papel e o status do Confucionismo no desenvolvimento do leste asiático é discutido de forma controversa, a própria consideração das culturas não ocidentais modifica-se frente à problemática histórico-genética weberiana. O surgimento da Modernidade (*Durchbruch zur Moderne*) foi atribuído por Weber somente ao complexo cultural ocidental. Tal atribuição não é mais válida frente a atual difusão da Modernidade (*Ausbreitung der Moderne*). A difusão e a variação da Modernidade engendram um outro olhar reconstrutivo sobre a própria Tradição enquanto primeiro surgimento histórico da Modernidade. Dentro disso vejo também a inovação oposta à velha crítica sobre a teoria da modernização, a qual já tem rechaçado o ponto de vista dicotômico, bem como enfatizado a não só obstruída, mas também indiferente e benéfica coexistência de elementos tradicionais e modernos. Entretanto, essa inovação permaneceu limitada a formulações como “simultaneidade do não-simultâneo” (WEHLER, 1975, p.41) ou “modernização parcial” (RÜSCHEMEYER, 1979). Esses conceitos carregam implicitamente a dicotomia e não rompem com a apresentação de modelos independentes da Modernidade.

A distinção entre Tradição e Modernidade não perde aqui seu significado, só deve ser definida de uma outra forma. Os elementos tradicionais tencionam ter um papel produtivo, ou mesmo indispensável, em sociedades modernas. Porém, a própria Modernidade poderia ser compreendida somente como uma era não tradicional, se o conceito deve ter um sentido. A novidade decisiva da Modernidade consiste em que ela mesma pode se tematizar enquanto originada historicamente e modificável. Com isso, as verdades eternas tornam-se obsoletas, porque todo conhecimento pode se autoquestionar. O conceito e a consciência da Tradição emergem primeiramente na Modernidade: em sociedades pré-modernas eles não existem. Então, adquire-se consciência da Tradição

quando ela é diferenciada da práxis corrente. Em primeiro lugar, se o futuro é distinto do presente e esse, por sua vez, [Página 339] do passado, pode-se, então, direcionar-se a uma formação de Tradição. A Tradição na Modernidade deve ser constantemente renovada. “Nesse sentido, não se pode construir facilmente uma oposição entre Tradição e Modernidade, pois tradições são em si mesmas fenômenos integralmente modernos e altamente dinâmicos e, em última análise, são todas inventadas” (MERGEL, 1997, p. 229). Não se pode imobilizar o núcleo cultural da Modernidade, pois ele é profundamente dinâmico, autorreflexivo e conflitante. Esse modo de pensar tem atualmente permeado todas as culturas. Mesmo onde se opta por uma determinada tradição, o conhecimento faz com que alternativas frente a ameaça e erosão possíveis tomem lugar. A consciência da tradição se desenvolve em estruturas e sob as condições da Modernidade, ou seja, é uma consciência reflexiva. Uma Modernidade passada pode ela mesma tornar-se uma Tradição, como, por exemplo, o já mencionado abandono das características da era industrial. Futuramente, a “época” será diferenciada internamente em fases, esse conceito compacto (*Kompaktbegriff*) não é mais suficiente para apreender de forma acurada o decorrer de mais duzentos anos.

A revisão conceitual (*Begrifflichkeit*) relativa ao par Tradição-Modernidade tem extensas consequências que, às vezes, são exacerbadas. A partir da revisão dessa distinção, há a tentativa de reescrever completamente a gênese histórica da Modernidade, em oposição aos clássicos. Em parte da literatura historiográfica (BAYLY, 2006; CONRAD e ECKERT, 2007) e pós-colonial (CLAKRABARTY, 2000; GOANKAR, 2001; CONRAD e RANDERIA 2002; KAVIRAJ 2005; REUTER e VILLA 2010), a versão do caminho alternativo (*Sonderwegsversion*) europeu na história mundial foi questionada em sua integridade. A perspectiva eurocêntrica relegou ao mundo não-europeu a “sala de espera da história”, a qual só poderia ser abandonada por meio de uma modernização tardia. Contra isso, o papel fundamental das regiões não-europeias já é enfatizado pela emergência da Modernidade. Em vez de adotar, como por exemplo em Weber, determinados caminhos alternativos das culturas, é aqui proposta uma historiografia mundial relacional. A Europa perde com isso não só seu monopólio atual sobre a Modernidade: olhando para trás, ela nunca chegou a possuí-lo. A história da Modernidade não pode ser escrita a partir de um centro voltado à

Europa e à América, ela deve ser elaborada como uma história mundial de múltiplos centros. Numa reação direta contra o programa de pesquisa das múltiplas modernidades elaborado por Eisenstadt, foi formulada a tese das “modernidades enredadas” (*entangled modernities*) (RANDERIA, 1999). Modernidades (*Modernitäten*), no plural, enquanto unidades claramente definidas, não existem mais atualmente e, na verdade, nunca existiram em toda a história. A comparação e contraposição de formas europeias, chinesas, indianas etc. de Modernidade (*Modernität*) mantêm uma fragmentação e essencialização de diferenças culturais, as quais perdem de vista as relações entre essas formas. Randeria (1999, p. 90 et seq.) sugere desistir da concepção paralela ou alternativa de modelos autodesenvolvidos de Modernidade e substituí-la por um modelo de formas de Modernidade conectadas umas às outras e que teriam sido desenvolvidas no decorrer de uma história coletiva comum.

Essa vasta resolução da distinção conceitual subestima o processo do avanço da Modernidade na Europa, em si fundamental e rico em pressupostos. Em vez de se satisfazer com o papel desempenhado pelas partes tradicionais, descobre-se, especialmente a partir dos “*postcolonial studies*” nas regiões fora da Europa, uma variedade de elementos adequados à Modernidade (*modernitätstauglich*), a qual, porém, “não se encaixa a nada significativo” (WAGNER, 2009, p. 16). Essa perspectiva de análise foi confrontada com um argumento de crítica ideológica (WEHLER 2006, p. 165; CONRAD e ECKERT [Página 340] 2007, p. 21 et seq.; DIRLIK, 2007). A adoção de uma gênese da Modernidade multi-centrada e historicamente relacional seria uma projeção “para trás” do presente, que parte da necessidade de auxiliar o Outro e o Oprimido na direção de seu direito. De acordo com essa perspectiva, eles também devem participar da história da Modernidade. O que leva, porém, a uma distorção normativa dos processos históricos, no sentido de que em todo lugar seriam descobertas raízes sociais e culturais da Modernidade, bem como, por meio disso, à naturalização desses fenômenos. “Com isso, as demandas da Modernidade são universalizadas na realidade, pois ela personifica essas demandas como herança de passados completamente diferentes e complexos” (DIRLIK, 2007, p. 170). Paradoxalmente, como consequência, nos “*postcolonial studies*” perde-se aquela Modernidade europeia do

Colonialismo e Imperialismo exteriores, porque se está muito empenhado em desenterrar as raízes da própria Modernidade (*Modernitätswurzeln*).

Para Eisenstadt, a diversidade da Modernidade é um resultado de sua dispersão e não de sua gênese histórica. Este desenrolar histórico singular é reiterado na Europa, especialmente pelos historiadores. É dessa forma que Mitterauer (2004) reconstrói, a partir de uma perspectiva weberiana, a complexa gênese histórica da Modernidade na Europa, a qual não se deixa ser esclarecida por eventos e fatores particulares. O desafio de expandir a visão e de entender a Modernidade ocidental como um processo que foi por meio de sua “exterioridade co-construído” (REUTER e VILLA, 2010, p. 18) é equivocado quando é relacionado com a legítima mudança de perspectiva da periferia em direção ao centro simultaneamente como demanda e tese, a fim de que se possa reescrever as relações de forças (*Kräfte-Verhältnisse*) históricas determinantes. Com a mudança de perspectivas, distintos processos de cognição podem ser concebidos, mas não os que podem ser impugnados pelo avanço à Modernidade de uma constelação de organização determinante e ocidental. As periferias não colocaram a engrenagem do desenvolvimento europeu em movimento (WEHLER, 2006, p. 166, p. 170; OSTERHAMMEL, 2001, p. 468). Wehler duvida, na esteira das análises comparativas weberianas, que outras esferas culturais também possuíram um potencial endógeno de desenvolvimento em direção à Modernidade.

O conceito de Modernidade experiencia, pela perda de critérios seletivos e qualificados, uma inflacionária expansão, tanto numa perspectiva histórica-diacrônica quanto numa perspectiva sincrônica. Seria o discurso de uma “Modernidade africana” (DEUTSCH et al., 2002) apenas uma descrição eufemística de um subdesenvolvimento? Enquanto Eisenstadt (2002) enxerga na América Latina uma certa variação da Modernidade, Whitehead (2002) constata sobre a mesma miscelânea no continente sul-americano apenas um “mausoléu de Modernidades”, um “fracassado depósito de restos da Modernidade”. Embora a proposta anterior de se criar um modelo de uma Modernidade completa tenha sido rejeitada, a fim de, em seu lugar, imprimir uma variedade às constelações de organização, o problema da teoria da modernização, a saber, de se e como certas instituições se desenvolvem, naturalmente não perdeu seu significado. Para análises de certos países, pode ser mais importante perguntar se, de qualquer forma, existe um

estado social como aqueles nos quais está presente a sua variante de estado de bem-estar social. O verdadeiro potencial de análise das abordagens das “múltiplas Modernidades”, vejo eu, é dado mais naqueles casos de países já desenvolvidos ou que estão postos num certo nível de desenvolvimento. Quando se considera a distinção entre Tradição e Modernidade obsoleta, [Página 341] outras distinções conceituais devem ser introduzidas, a fim de que não se perca toda a capacidade de distinção. Uma sugestão poderia ser a de diferenciar interiormente a Modernidade desenvolvida e as variantes subdesenvolvidas. Esta proposta será retomada e explorada no quinto tópico.

3. Universais e seus efeitos de “atração” (*Sogeffekte*)

A hipótese de uma direção universal e invariável do desenvolvimento de todas as sociedades está difundida em muitas teorias sociológicas. Em razão da linearidade dos processos de modernização, os precursores e os retardatários, bem como seus relativos efeitos de atração, são fáceis de se identificar. Na antiga teoria e crítica, os países que se desenvolveram de forma divergente à linha ideal teórica foram referidos como “caminhos alternativos” (*Sonderwegen*). O conceito assumia ainda um caminho dominante e o conservava ao tornar exóticos os casos divergentes. Frente a uma conseqüente abertura do horizonte da Modernidade, não se pode facilmente entender a forma pela qual tal postura é encontrada nos trabalhos de Eisenstadt. A perspectiva linear enfrenta a concorrência de modelos com caminho e padrão de uma Modernidade (*Modernitätspfad und -muster*) plural. O Ocidente perde seu monopólio sobre a definição de Modernidade (*Modernitätsdefinition*) e, juntamente, sobre a delimitação de uma única direção de desenvolvimento. Com isso, alteram-se coerentemente os efeitos de atração. A discrepância entre o modelo e seu seguidor retardatário permanece, porém. suas relações de referência se duplicam. Nesse sentido, o Japão cumpriu uma importante função de modelo para o oriente asiático e a China retirou sua auto-confiança da imaginação de uma imensidão e força históricas. Além disso, nenhum país é capaz de definir completamente o modelo da Modernidade (*Modernität*). Este se dá com a duplicação de regiões e centros da

Modernidade (*Modernitätszentren und -regionen*), a partir dos quais diversas funções do modelo de uma área específica são submetidas. Em vez de se caracterizar por meio de um caminho linear, a Modernidade deve ser vista como uma arena na qual prevalecem relações de referência múltiplas e graduadas.

De lá para cá, as discussões relativas a este problema têm levado a um amplo espectro de posições. O neomodernismo se atém às teorias de convergência (BERGER, 2006; SCHMIDT, 2006). A tese da convergência só se permite manter e preservar se deslocada para o futuro. Muitas não são ainda tão disseminadas, porém irão em algum momento também chegar a tal ponto. Nesse sentido, o olhar do teórico sobre outras regiões e culturas permanece uma forma de auto-tematização das sociedades ocidentais, as quais insistem na sua função exemplar. E, sim, quanto tempo, décadas, séculos, se está disposto a desconsiderar por isso? Quantas fraturas e falhos prognósticos deve-se de bom grado ignorar? Zapf (2006) aponta para desenvolvimentos na década de 1990 que não são compreendidos pela teoria da modernização: o próprio caminho e resultado do desenvolvimento de determinados países asiáticos com arranjos institucionais que, depois da teoria da modernização, não poderiam ser promissores; a desilusão em muitos países pós-comunistas, pois não foram capazes de lidar, simultaneamente, com o desenvolvimento democrático e o crescimento econômico em mercados liberais e de balancear a pobreza e desigualdade com instituições e serviços do estado de bem-estar social; finalmente, o fundamentalismo religioso, especialmente em muitos países tidos como islâmicos. Como lidar com essas anomalias? Recorrer novamente **[Página 342]** à “estratégia do exótico” (Lepsius), como nos casos da Alemanha e Japão em comparação ao desenvolvimento anglo-americano e preservar o modelo fundamental por meio da tese do caminho alternativo? O programa de pesquisa relativo à “multiplicidade da Modernidade” recomenda a se levar a sério, a nível teórico, esta diversidade de composições da Modernidade e a não lançá-la, por meio da tese de uma modernização recomposta, a um futuro distante qualquer, no qual ela supostamente é dissipada.

O programa de oposição do neomodernismo encontra-se em partes da literatura pós-colonial. A ideia de universais foi refutada e contra ela foi posta a hipótese de formas sociais e culturais incomensuráveis. Desse modo, tentou-se reabilitar formas de

conhecimento alternativas frente ao conhecimento científico ocidental. Assim se resume o privilégio “do sistema epistemológico e científico imperial às ‘vilas globais’, a literatura inglesa frente à literatura regional, formas narrativas escritas frente às orais ou as narrativas épicas da tradição nórdica frente às formas narrativas episódicas (REUTER, 2012, p. 304). A distinção entre os gêneros científicos e ou lógico-discursivos de um lado e os gêneros artístico-literários de outro foi deslocada. A “monocultura epistemológica e científica” ameaçou a diversidade das formas de saber e/ou as levou a desaparecer parcialmente. “*The claim of the universal character of modern science is just one form of particularism, whose specificity is the power to define all the knowledges that are its rivals as particularistic, local, contextual, and situational*” (“A reivindicação do caráter universal da ciência moderna é apenas uma forma de particularidade, cuja especificidade é o poder de definir todos os seus saberes rivais como particular, local, contextual e situacional”) (SANTOS et al., 2007, p. XLVIII). Os padrões de racionalidade universalmente válidos da ciência foram questionados e juntamente o conceito de múltiplas Modernidades (*Multiple modernities*) de forma geral. “A partir de uma epistemologia periférica, a ideia de modernidades alternativas é instável e o que é requisitado, em vez disso, são ‘alternativas PARA a Modernidade’, isto é, alternativas para a ideia naturalizada de que os últimos cinco mil anos da história europeia são o ponto de partida (ou o fim da história) da raça humana e, com Anthony Giddens, será modernidade por todo o caminho. [...] Descolonizar o ser e o saber é uma forma em direção à ideia de que ‘um outro mundo é possível’ (e não modernidades alternativas)” (MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2006, p. 218 et seq.). De maneira autocrítica, foi reivindicado contra essa postura “*Anti-Establishment*”, que os critérios de valoração da ciência também fossem válidos para a sociologia pós-colonial e que tais critérios também pudessem lidar com as contribuições da sociologia (COSTA, 2007, p. 120). Da mesma forma, Osterhammel (2001, p. 466 et seq.) alerta “para um exotismo generalizado ‘do Outro’; como no jargão, uma ‘*othering of the other*’”, e recomenda “na esteira de Max Weber, a busca de uma sociologia e história gerais teoricamente e terminologicamente refinadas, as quais se aplicam também para além da Europa, em vez de se dispor em discursos científicos particulares. Eu recomendo, portanto, um tipo de análise na contramão: assim como aquilo que se volta a sociedades não-ocidentais com um método

desenvolvido da antropologia pode ser usado em assuntos europeus, também recebem essas sociedades, inversamente, a chance de se deixar incluir em categorias culturais neutras de uma descrição geral”.

Uma posição alternativa ao universalismo neomodernista e à investida da racionalidade pós-colonialista pode ser enxergada nos trabalhos relativos à “Diversidade da Modernidade”. A ideia da linearidade dos processos da Modernidade (*Modernitätsprozesses*) trabalha com a consideração de que esse algo universal se liga àquilo que emana dos efeitos de “atração”. **[Página 343]** As novas abordagens também não podem se esquivar completamente dessa problematização. Rotular distintas formações como “modernas” pressupõe a determinação da diversidade tão quanto a da unidade da Modernidade. Não se trata do “Outro” plenamente incomensurável ou da disposição de civilizações particulares umas contra as outras. Da mesma forma, creditar a outras culturas um potencial de Modernidade (*Modernitätspotential*), significa que a Modernidade não é para elas fundamentalmente um corpo estranho. Nesse sentido, sinólogos (ROETZ, 2006) apontaram para componentes modernos na cultura chinesa, os quais, entretanto, devido a determinadas circunstâncias, não vieram a avançar. No âmbito da sociologia da cultura é colocada a tarefa de investigar as fontes culturais autóctones da modernidade não ocidental, bem como as condições para a sua ativação. Culturas tradicionais não são unidades concretas, idealmente e praticamente fechadas e delimitadas, como se qualquer influência moderna somente pudesse se dirigir à sua destruição. Elas normalmente possuem uma diversidade de ideias, das quais, na maioria das vezes, apenas algumas são institucionalizadas, enquanto outras permanecem numa espécie de estado de espera, do qual, sob as condições adequadas, podem ser evocadas.

Nesse contexto, Jürgen Kocka (2006) questiona a respeito dos universais em outras culturas. Quais elementos metaculturais essas culturas engendraram e que podem, da mesma forma, reivindicar validade universal? Nos últimos dois séculos, isso foi uma via de mão única; o ocidente definiu o “universal” e as outras culturas tinham que se adaptar a ele. Esse peso poderia aqui ser deslocado e o próprio ocidente vir a ser chamado e desafiado a se tornar um receptor de universais. Do mesmo modo, o conceito de “universais negociados” de Kocka chama atenção para o fato de que os produtos da civilização com

uma pretensão e capacidade metaculturais são difundidos ou recebidos de forma problemática. Conceitos devem ser definidos, ressignificados e modificados a partir de sua própria extensão e possibilidade de deslocamento e, em seguida, inseridos em novos contextos. Kocka concebe esse percurso de adaptação como um processo de negociação, no qual os universais constituídos pela Modernidade são mantidos, sem que, entretanto, fiquem limitados ao ocidente. “Como resultado da negociação de um conceito fundamental, sua abertura se expande frente a uma diversidade e sua respectiva capacidade na direção de uma renovação. Ao mesmo tempo, a fragmentação pós-moderna é evitada, bem como a mútua ignorância e o isolamento, enquanto os elementos universalistas são mantidos e/ou implementados na práxis. Este processo mesmo não possui dimensões exclusivamente intelectuais, mas também práticas. Se é bem-sucedido - o que nem sempre é o caso -, resultam disto ‘universais negociáveis’” (KOCKA, 2006, p. 69). Contrariamente, na perspectiva de Jürgen Habermas, os direitos humanos não são negociáveis. Trata-se aqui de um genuíno universal normativo da Modernidade (cf. GUTMANN, 2013). Encontra-se aqui não uma parcela negociada de consenso de tradições culturais, mas a coerção do melhor argumento de fundamentações pós-tradicionais. A emergência do contexto pode ser contingente e o processo de implementação problemático, frágil e parcialmente relapso. A lógica interna dos direitos humanos se desdobra, porém, numa longa e imparável direção. A Modernidade normativa revela-se aqui um princípio uniforme, que existe somente no singular. **[Página 344]**

4. Guerras e efeitos secundários: alternativas na (e não para a) Modernidade

Uma característica fundamentalmente otimista é típica de muitas das grandes teorias das ciências sociais dos séculos XIX e XX. A transição da época pré-moderna para a época moderna é descrita como o processo da civilização superadora da violência. Por conta do otimismo iluminista dentre outros, a guerra, a violência e o terror foram vistos como características e sinais de etapas de desenvolvimento primitivas ou feudais (JOAS e KNÖBL, 2008, p. 13 et seq.). O severo despotismo e o espírito aristocrático guerreiro dão

lugar a uma vida civilizada, a uma era sem violência. Um dos principais problemas das ciências sociais é, desde Thomas Hobbes, o problema da organização. Também liga-se a isso a insistente crença no processo de aperfeiçoamento de uma ordem racional, no qual os fenômenos de violência são transformados em concorrência pacífica e em amistosas resoluções de conflito. Onde estes fenômenos de violência eram vastos, eram então interpretados como remanescentes de formas pré-modernas. Os intelectuais americanos concebiam a Primeira Guerra Mundial como sinal do atraso europeu frente à Modernidade americana. A teoria da modernização constitui um ponto alto desse otimismo futuramente com o pós-1945.

As catástrofes do século XX - guerra, totalitarismo, Holocausto, refugiados de guerra, violência, terror - foram raramente trabalhadas e incluídas nas principais teorias⁴. O que, por sua vez, tem mudado. O “lado obscuro” da Modernidade não representa sua parcela pré-moderna, a qual desapareceria em médio ou longo prazo, mas sim uma opção na Modernidade que deve ser considerada. Os fenômenos mencionados são alternativas na Modernidade e não *para* ela. Alguns percursos de modernização, como o alemão e o japonês, seguiram juntamente com ou por cima de catástrofes e colapsos (STREECK, 2001, p. 32). O misto de elementos tradicionais e modernos em ambas as sociedades não se realizou depois de um sólido esquema evolucionário, muito menos de forma pacífica e simbiótica. Como revelou-se no pós-1945, a união de elementos institucionais e culturais heterogêneos seguiu sem garantias de que se direcionaria a uma síntese estável. O modelo lógico processual e estrutural da teoria da modernização permite-se contingências a partir das quais desenvolvimentos podem vir a se colocar em direções e variações indesejadas.

Esta nova forma de lidar com fenômenos que não se adequam aos quadros comuns e pacíficos da Modernidade revela-se também em relação ao caso da tematização do fundamentalismo. O fundamentalismo religioso é um movimento moderno e não um atavismo pré-moderno. Os principais suportes, tanto para elites quanto para massas, do fundamentalismo islâmico (RIESEBRODT, 2001), por exemplo, são camadas e grupos urbanizados e socializados modernamente, os quais fazem uso do idioma político moderno

⁴ Para exceções conferir (JOAS e KNÖBL, 2008, p. 260 et seq.) e comparar com as discussões acerca das dificuldades enfrentadas pela sociologia ao tratar do tema do Nazismo e Holocausto presentes na Revista *Soziologie*: (CHRIST, 2011; BACH, 2012; DEIBLER, 2013).

e de esferas urbanas e públicas, bem como das mais recentes tecnologias e meios de comunicação. Não apenas a base estrutural, como também a ideologia é moderna. Os conjuntos de ideias religiosas devem ser apropriados e interpretados seletivamente sob a luz dos problemas modernos, com os quais tais conjuntos, frente a fervorosos adeptos, são confrontados. A concretização de **[Página 345]** mensagens de origem alegadamente religiosa é aspirada com os meios da política moderna do aqui e agora. O fundamentalismo religioso está ligado a ideias modernas das revoluções políticas da Idade Moderna (EISENSTADT, 2000, p. 174 et seq.): a ideia de que a sociedade e a história podem ser compostas por sujeitos ativos e de que pode tomar lugar sobre a política. Após um entendimento religioso pré-moderno, as relações não se deixam mudar ou provocar livremente por meio de ações políticas. Os programas fundamentalistas não podem ser formulados sem se relacionar às ideias de Modernidade. O pensamento moderno não se coloca aqui num tipo de “jogo de soma zero” frente à religião; ele não substitui a religião, mas dá a entender o contexto no qual elites e adeptos religiosos devem agir.

O ceticismo e a ambivalência frente à Modernidade não foram estranhos a muitos teóricos da sociologia, como Max Weber. Isso afetou menos tópicos relativos às guerras e fenômenos de violência do que a visão geral do futuro da época na qual vivemos. Enquanto Talcott Parsons ainda fala, dificilmente obscurecido por dúvidas, de alto desenvolvimento, melhor capacidade de adaptação e controle, crescente integração quantitativa e qualitativa, Niklas Luhmann e Ulrich Beck revelam uma imagem obscura. A Modernidade é dirigida aqui em seu desenvolvimento pelos problemas e consequências secundárias (poluição ecológica, desigualdade social e desintegração, empecilho das possibilidades de inclusão, endividamento estatal etc.), os quais ela produz e sobre os quais ela tem de reagir. A nova visão se volta a problemas evitados, em vez de vantagens efetivas. No lugar do otimismo do controle e da perfeccionização (*Perfektionierung*), caminha-se a um desiludido “*muddling-through*” com uma saída incerta. Hartmut Rosa (2013) conjectura que atualmente a Modernidade como *projeto* (normativo) foi decomposta pela Modernidade enquanto *processo*. Crescimento e aceleração de processos institucionais dificilmente servem às promessas normativas como auto determinação e reivindicações de razão e autonomia, mas sim manifestam-se somente enquanto coerções, progressão vazia. Mais ainda, o autor

conjectura que a Modernidade dinâmica no sudoeste asiático atual, como na China, obtém espaço sem ser ainda normativamente compelida ou arranjada. Livremente, ele admite que essas grandes teses se abrem empiricamente a questionamentos que podem se modificar.

Os três complexos de problema desafiam as premissas fundamentais do atual entendimento de Modernidade: as tendências à violência colocam em questão os efeitos civilizatórios, como, por exemplo, em Norbert Elias; o fundamentalismo religioso concorre com o entendimento de uma razão enfatizada (*Vernunftbetont*) da Modernidade; e as consequências diretas não controladas colocam em dúvida a nova visão da Modernidade enquanto um processo racional planejado. As três críticas não são completamente novas, elas são frequentemente encontradas em vozes nos últimos dois séculos. De Nietzsche a Heidegger e Horkheimer-Adorno até Foucault, foi apresentada uma crítica moderna de uma teoria do poder, a qual nivela a distinção entre razão e poder (SCHELKSCHORN, 2012, p. 222 et seq.). A síndrome do poder não se dá graças ao descarrilamento (*Entgleisung*) dessa época, ela está guardada em seus princípios fundamentais. Fenômenos do renascimento religioso das últimas décadas podem ser classificados em diversos discursos modernos desde o século XIX, dentro do qual as reivindicações de validade universal da Modernidade são questionadas. A crítica de Herder à razão pura degradou a Modernidade a uma cultura particular entre outras e, no atual debate secularizado, a questão a qual se discute é a de que se o caminho europeu da diferenciação e do significado das perdas pela **[página 346]** religião seria um caminho alternativo (*Sonderweg*), o qual já não incluiria adequadamente as circunstâncias norte-americanas. E, finalmente, a atual determinação e tematização de consequências de risco tem precursor. O Iluminismo (*Aufklärung*) começou de fato com a ideia de um progresso estável que encontrou uma expressão no plano otimista de Auguste Comte, dentre outros. Um motivo central para a crítica de Karl Marx ao capitalismo é justamente a dinâmica de desenvolvimento não planejada e descontrolada dessa forma de economia. E, para Max Weber, a esperançosa ideia de progresso do Iluminismo é reiteradamente turvada.

Portanto, tais ideias no debate acerca das múltiplas Modernidades, bem como dos temas e problemas daí advindos, não são completamente novos. Essa abordagem, no entanto, oferece a vantagem de afastar um entendimento de Modernidade demasiado

dogmático e singular. Assim, por exemplo, a guerra e a violência pertencem ao panorama dessa época, sem que se tenha que reduzi-las a um todo e a um princípio, como nos discursos modernos de teoria do poder. Indaga-se aqui a respeito de uma forte sociologização da temática filosófico-social: o esclarecimento das exatas circunstâncias sociais sobre as quais a violência, o fundamentalismo religioso e suas consequências não planejadas surgem. Nesse sentido tem sido produzida uma rica literatura especializada, que oferece uma convincente correção de discursos advindos de filosofias da história, os quais, por sua vez, elevam demasiadamente, numa estratégia *pars pro toto*, fenômenos originários de condições contingentes a uma teoria perspectiva e uma tendência moderna geral. Se o Nazismo e o Holocausto são definidos enquanto “uma possibilidade inerente da Modernidade” (BAUMAN apud DEIBLER, 2013, p. 134), a Modernidade é então uma condição necessária, mas não suficiente dos fenômenos. Uma teoria da Modernidade requer ambos: a determinação dos espaços alternativos (*Alternativenraumes*) dessa época e o esclarecimento de todas as condições sob as quais determinadas alternativas são realizadas.

5. Pontos da abordagem de uma formação de tipos teoricamente orientada

Um especialista do presente artigo enxerga o perigo de um “caos conceitual” (*begrifflichen Wirrwarrs*), no qual o discurso sociológico a respeito da Modernidade se envolve quando se abre largamente as características das épocas, a ponto do Fascismo e do fundamentalismo religioso serem incluídos com ele. Hoje esse perigo não é tão difícil de se entender. O desabrochar de paradigmas habituais e o exame de novos é sempre acompanhado por uma certa “inquietação” (*Unaufgeräumtheit*) do pensamento. Pois qual é a alternativa? A proposta do especialista, de delimitar a Modernidade definida em termos de democracia em uma forma legítima de dominação, interpreta mal e abre mão do impulso na direção de uma perspectiva de múltiplas Modernidades. Se olharmos para o século passado: para quantas pessoas e para quais períodos as condições do modelo processual da Modernidade foram realmente válidos? O ímpeto normativo adquire seu rigoroso modelo com uma limitada proximidade da realidade. Frente ao reduzido potencial

de análise, apenas determinadas ilhas da história permitem-se ser adequadamente consideradas. **[Página 347]** E como se deve designar e conceber os países e regiões que se encontram externos a esse modelo? Eles não são mais tradicionais!

Se o conceito de Modernidade deve supostamente incluir a variedade de formas dessa época, segundo alguns, deve-se, então, abstraí-lo e distinguir a especificação de suas diversas variantes. O esquema da página seguinte capta isso. Qual é, porém, o núcleo da Modernidade? Na sociologia weberiana comparada da religião, este núcleo situou-se na era axial (*Achsenzeit*), no desdobrar do hiato entre o aquém e o além e que nas religiões foi alcançado de distintas formas: adaptação, diferenciação e dominação do mundo. Sob esse ponto de vista, ocorreu a mediação entre a unidade e a multiplicidade no período pré-moderno. Na Modernidade, a religião perde sua posição central, a visão de mundo totalizante e o poder compulsório de estabelecer o padrão de interpretação. A perda do sentido é uma razão persistente no pensamento de Weber, a qual resulta das tensões entre as esferas política, religiosa, científica, econômica e artística. Já não são mais compulsoriamente proferidas, a forma e a partir de quais esferas a visão de mundo e a ordem social são orientadas. As esferas de valor permanecem numa incomensurável permutação. Nesse modelo de conflito, o centro da Modernidade é menos um enunciado de ideias claro e evidente do que a tensão fundamental entre distintas esferas, as quais fazem necessária a interpretação e inauguram variantes de institucionalização. A tensão e confronto dessas esferas dirigem-se a constantes deslocamentos da Modernidade. A diversidade é finalmente atribuída ao fato de que o cerne cultural da Modernidade não é estático, mas profundamente dinâmico: auto-reflexivo e conflitante. Essa forma de pensar perpassa hoje por todas as culturas. Mesmo onde se decide por uma determinada “tradição”, ocorre no conhecimento a possibilidade de alternativas, ameaças e erosões.

Uma variante para lidar com o problema do cerne da Modernidade é a preferível institucionalização homogênea de todas as esferas, a fim de que diversas referências de valor tenham chance de aplicação e de que a resolução do conflito entre elas seja institucionalizada. Pertence também a essa forma balanceada uma organização política democrática. Contra tal variante, o fundamentalismo religioso e o totalitarismo político, em todas as suas vertentes, estão voltados a dissipar o cerne dinâmico da Modernidade, pois se

tenta invalidar as tensões e o conflito entre as esferas em favor de uma sobre-institucionalização (*Überinstitutionalisierung*). “O comunismo é um programa voltado à abolição da diferenciação social da sociedade e à superação da fragmentação da orientação da vida do indivíduo, duas tendências que caracterizam a Modernidade” (LEPSIUS, 1995, p. 359). Tal forma é uma reação à situação do problema moderno e, a partir disso, “os solapados regimes comunistas” são “modelos de formas de desenvolvimento de sociedades modernas” (PIRKER et al., 1995, p. 7).

Os casos (*Erscheinungsformen*) de subdesenvolvimento devem ser, no âmbito da Modernidade, distinguidos dessas formas diferenciadas. Enquanto que no regime nazista, no regime comunista ou nos Estados da OPEP são fornecidas uma infra-estrutura burocrática, formas de gestão diferenciadas, infra-estrutura técnica e de transporte bem como níveis de manutenção relativamente altos, em muitos países africanos, por exemplo, tais instituições e aquisições inexistem. O subdesenvolvimento não foi produzido, porém, por meio da Modernidade, **[Página 348]** especialmente por meio das relações internacionais e dependências. Pela capacidade de estabilização e reprodução das distintas formas de Modernidade (*Modernität*), o contexto global deve ser levado em consideração. Os solapados estados comunistas, frente ao sistema de concorrência com as sociedades capitalistas, foram aniquilados, especialmente em relação à sua competitividade econômica (LEPSIUS, 1995). E, no momento, entretanto, é impossível estimar como o “experimento China” se desdobrará. O maior credor dos EUA é a China. Ademais, é de se levar em consideração, como em relação aos países da OPEP, que importantes benefícios e instituições podem ser adquiridos e importados, bem como produtos, serviços médicos, universidades, infraestrutura de transporte etc. Não há necessidade de todo o conjunto de estruturas institucionais ser fornecido pelo próprio país. O contexto internacional favorece relativamente a estabilização de tais formas de organização diferenciadas.

Essas considerações podem ser demonstradas no seguinte esquema:



A crítica à abordagem das múltiplas Modernidades, a qual em todo caso de investigação produz uma tipologia (DELANTY, 2006, p. 273; SCHWINN, 2009, p. 456 et seq.; WOHLRAB-SAHR e BURCHARDT, 2011, p. 5), é justificada. Tipos ideais conceituais obtidos não são idênticos a estudos de regiões ou de países. O esquema acima oferece uma resposta à crítica. A possibilidade de uma formação conceitual teoricamente orientada é fornecida por meio da distinção entre as variantes da Modernidade (*Modernität*): diferenciada, desdiferenciada e subdesenvolvida. Nos planos subsequentes, recorre-se livremente à inclinação de investigação (*Untersuchungsgefälle*) e às unidades dos países, já que aqui ainda faltam critérios teórico-conceituais convincentes. Propostas tipológicas são encontradas na literatura especializada somente em complexos institucionais particulares, como aqueles das “variedades do capitalismo”, variantes do Estado de bem-estar social ou diferentes relacionamentos entre Estados e a Igreja. A formação de constelações de organização completas e compreensivas sob a perspectiva de tipos é uma tarefa incomum e exigente, para a qual existem hoje poucas propostas. Isso deve-se, dentre outras razões, ao fato de “que a ‘grande’ macro sociologia desde os anos 1970 perdeu em sentido. Após a geração do pós-guerra de Eisenstadt, Luhmann, Mann, Meyer, Wallerstein, não há uma geração de grandes pesquisadores teóricos comparável. A sociologia se diversificou em

[página 349] campos ligados a pesquisas comparadas do estado de bem-estar social, sociologia econômica, pesquisas sobre movimentos sociais, migrações etc. A sociologia histórica assume progressivamente a virada cultural nas ciências históricas e dedica-se à desconstrução de abordagens macrosociológicas em detrimento de estudos históricos de casos” (EBBINGHAUS, 2010, p. 815 et seq.).

6. Considerações finais

A Modernidade nivela um horizonte o qual delimita as perguntas e respostas possíveis. Com esse deslocamento, verifica-se no momento uma incerteza quanto aos pontos de orientação outrora familiares. Entretanto, isso não se refere diretamente a toda a disciplina. Existem aqueles - que podem muito bem ser a maioria - que se orientam por pensamentos e esquemas rotineiros, o que é compreensível e de certa forma também recomendável. O novo movimento de pensamento é mais uma estratégia de busca de caráter heurístico. Ele ainda não possui concepção alguma capaz de fazer frente em muitos campos e sua tendência geral é passiva de objeção. Segue-se a partir daí o acompanhamento, no dia-a-dia da pesquisa, das sociologias especiais e dos estudos empíricos mais ou menos comprovados e o aguardo até que se definam as consequências advindas das discussões teóricas.

Mesmo quando, como o autor, se simpatize com essa tendência de pesquisa, há de se confrontar com as obscuridades e desafios que estão a ela relacionados. Com a perda do ponto de referência e de seu aparato conceitual, são levados em consideração problemas para os quais ainda inexitem respostas satisfatórias. Seriam eles, resumidamente, os quatro pontos que seguem:

- Quão conectados estão os escopos da Modernidade? O abrandamento da hipótese convencional de interdependência de componentes institucionais e culturais pode não se dirigir a uma adoção desses teoremas.
- Como reconstruir a convencional dicotomia entre Tradição e Modernidade? A desvalorização e/ou anulação do primeiro conceito acaba por levar a uma expansão

tanto diacrônica quanto sincrônica das noções de Modernidade, que, por sua vez, perde qualquer capacidade de diferenciação.

- A adoção de universais e de seus respectivos “efeitos de atração” tem ainda validade? O pensamento moderno é de uma “segunda ordem” ou um pensamento pós-convencional. Esse pensamento possui uma tendência universalista inerente. O foco é, então, em vez de conteúdos concretos, o estabelecimento de padrões pelos quais conteúdos culturais venham a ser analisados. Essa profunda estrutura cognitiva da Modernidade é aberta a variações de conteúdo ao mesmo tempo em que ela se inscreve nessas variantes.
- Existe uma Modernidade primorosamente normativa? A ideia de efeitos pacificados da Modernidade, nos novos trabalhos, deve concorrer com temas como a guerra, violência, fundamentalismo religioso e incontroláveis problemas semelhantes e suas consequências. O ímpeto esclarecido com o qual essa época se iniciou permitir-se-á preservar?

A abordagem das múltiplas Modernidades, nesse sentido, herda antigas problemáticas e questionamentos, no entanto, numa forma modificada. Esta que foi por mim enfatizada em quatro pontos é integrativa: voltada à abertura e pluralização. A isso está ligado o perigo de desvalorização e esvaziamento do significado do conceito de Modernidade. O trabalho correspondente de acertar seus limites e sua unidade deve ainda ser realizado. Num certo sentido, houve aqui uma tentativa, especialmente no tópico cinco. O esclarecimento convincente do relacionamento entre unidade e diversidade da Modernidade requer um grande esforço, para além da compreensão advinda da descoberta da Modernidade nas teorias sociológicas dos séculos XIX e XX.

7. Referências bibliográficas

- Bach, Maurizio. 2012. Drittes Reich' und Soziologie. *Soziologie* 41:19–27.
- Bayly, Christopher A. 2006. *Die Geburt der modernen Welt. Eine Globalgeschichte 1780–1914*. Frankfurt a. M.: Campus.
- Beck, Ulrich. 2008. Moderne. In *Lexikon Soziologie und Sozialtheorie*, 198–201. Stuttgart: Reclam.
- Bendix, Reinhard. 1988. Tradition and modernity reconsidered. In *Embattled reason*, Bd. 1, Hrsg. Reinhard Bendix, 279–320. New Brunswick: Transaction.
- Berger, Johannes. 2006. Die Einheit der Moderne. In *Die Vielfalt und Einheit der Moderne. Kultur- und strukturvergleichende Analysen*, Hrsg. Thomas Schwinn, 201–226. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Chakrabarty, Dipesh. 2000. *Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press.
- Christ, Michaela. 2011. Die Soziologie und das „Dritte Reich“. *Soziologie* 40:407–431.
- Conrad, Sebastian, und Shalini Randeria, Hrsg. 2002. *Jenseits des Eurozentrismus. Postkoloniale Perspektiven in den Geschichts- und Kulturwissenschaften*. Frankfurt a. M.: Campus.
- Conrad, Sebastian, und Andreas Eckert. 2007. Globalgeschichte, Globalisierung, multiple Modernen: Zur Geschichtsschreibung der modernen Welt. In *Globalgeschichte. Theorien, Ansätze, Themen*, Hrsg. Sebastian Conrad, Andreas Eckert und Ulrike Freitag, 7–49. Frankfurt a. M.: Campus.
- Costa, Sérgio. 2007. *Vom Nordatlantik zum „Black Atlantic“*. Postkoloniale Konfigurationen und Paradoxien Transnationaler Politik. Bielefeld: transcript.
- Deißler, Stefan. 2013. Geschichtslosigkeit als Gegenwartsproblem. *Soziologie* 42:127–146.
- Delanty, Gerard. 2006. Modernity and the escape from eurocentrism. In *Handbook of contemporary European social theory*, Hrsg. Gerard Delanty, 266–278. London: Routledge.
- Deutsch, Jan-Georg, Peter Probst, und Heike Schmidt, Hrsg. 2002. *African modernities: Entangled meanings in current debate*. Oxford: Currey.

- Dirlik, Arif. 2007. Globalisierung heute und gestern: Widersprüchliche Implikationen eines Paradigmas. In *Globalgeschichte. Theorien, Ansätze, Themen*, Hrsg. Sebastian Conrad, Andreas Eckert und Ulrike Freitag, 162–187. Frankfurt a. M.: Campus.
- Domingues, José Marício. 2006. Social theory ,Latin‘ America and modernity. In *Handbook of contemporary European social theory*, Hrsg. Gerard Delanty, 381–394. London: Routledge.
- Ebbinghaus, Bernhard. 2010. Kontingenz und historisch-vergleichende Makrosoziologie: Von der Großtheorie zur historischen Fallstudie. In *Unsichere Zeiten. Verhandlungen des 34. Kongresses der Deutschen Gesellschaft für Soziologie in Jena 2008*, Hrsg. Hans-Georg Soeffner, 809–818. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Eisenstadt, Shmuel N. 1973. *Tradition, change, and modernity*. New York: Wiley.
- Eisenstadt, Shmuel N. 2000. *Die Vielfalt der Moderne*. Weilerswist: Velbrück.
- Eisenstadt, Shmuel N. 2002. The first multiple modernities: Collective identity, public spheres and political order in the Americas. In *Globality and multiple modernities: Comparative North American and Latin American perspectives*, Hrsg. Luis Roniger und Carlos H. Waisman, 7–28. Brighton: Sussex.
- Frank, Robert and Gunnar Stollberg. 2004. Conceptualizing hybridization: On the diffusion of Asian medical knowledge to Germany. *International Sociology* 19:71–88.
- Geser, Hans. 1992. Kleinstaaten im internationalen System. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie* 44:627–654.
- Goankar, Dilip Parameshwar. 2001. *Alternative modernities*. Durham: Duke University Press.
- Gransow, Bettina. 1995. Chinesische Modernisierung und kultureller Eigensinn. *Zeitschrift für Soziologie* 24:183–195.
- Gutmann, Thomas. 2013. Religion und Normative Moderne. In *Moderne und Religion. Kontroversen um Modernität und Säkularisierung*, Hrsg. Ulrich Willems et al., 447–488. Bielefeld: transcript.
- Joas, Hans und Wolfgang Knöbl. 2008. *Kriegsverdrängung. Ein Problem in der Geschichte der Sozialtheorie*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

- Kaviraj, Sudipta. 2005. An outline of a revisionist theory of modernity. *European Journal of Sociology* 46:497–526.
- Knöbl, Wolfgang. 2001. *Spielräume der Modernisierung. Das Ende der Eindeutigkeit*. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft.
- Knöbl, Wolfgang. 2007. *Die Kontingenz der Moderne. Wege in Europa, Asien und Amerika*. Frankfurt a. M.: Campus.
- Knöbl, Wolfgang. 2010. „Die Kontingenz der Moderne“ – Antwort auf die Kritiker In *Unsichere Zeiten. Verhandlungen des 34. Kongresses der Deutschen Gesellschaft für Soziologie in Jena 2008*, Hrsg. Hans-Georg Soeffner, 803–808. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Knöbl, Wolfgang. 2012. Die historisch partikularen Wurzeln des soziologischen Diskurs über die „Moderne“. In *Die Moderne im interkulturellen Diskurs. Perspektiven aus dem arabischen, lateinamerikanischen und europäischen Denken*, Hrsg. Hans Schelkshorn und Jameleddine Ben Abdeljelil, 21–60. Weilerswist: Velbrück.
- Kocka, Jürgen. 2006. Die Vielfalt der Moderne und die Aushandlung von Universalien. In *Die Vielfalt und Einheit der Moderne. Kultur- und strukturvergleichende Analysen*, Hrsg. Thomas Schwinn, 63–70. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Lepsius, Rainer. 1977. Soziologische Theoreme über die Sozialstruktur der „Moderne“ und die „Modernisierung“. In *Studien zum Beginn der modernen Welt*, Hrsg. Reinhard Koselleck, 10–29. Stuttgart: Klett-Cotta.
- Lepsius, Rainer. 1995. Handlungsräume und Rationalitätskriterien der Wirtschaftsfunktionäre in der Ära Honecker. In *Der Plan als Befehl und Fiktion*, Hrsg. Theo Pirker et al., 347–362. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- Mergel, Thomas. 1997. Geht es weiterhin voran? Die Modernisierungstheorie auf dem Weg zu einer Theorie der Moderne. In *Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft. Beiträge zur Theoriedebatte*, Hrsg. Thomas Mergel und Thomas Welskopp, 203–232. München: Beck.
- Mignolo, Walter D., und Madina V. Tlostanova. 2006. Theorizing from the borders: Shifting to Geo- and body-politics of knowledge. *European Journal of Social Theory* 9:205–221.
- Mitterauer, Michael. 2004. *Warum Europa? Mittelalterliche Grundlagen eines Sonderwegs*. 4. Aufl. München: Beck.

- Osterhammel, Jürgen. 2001. Transnationale Gesellschaftsgeschichte: Erweiterung oder Alternative? *Geschichte und Gesellschaft* 27:464–479.
- Osterhammel, Jürgen. 2002. Gesellschaftsgeschichtliche Parameter chinesischer Modernität. *Geschichte und Gesellschaft* 28:71–108.
- Pirker, Theo, Rainer Lepsius, Rainer Weinert, und Hans-Hermann Hertle. 1995. *Der Plan als Befehl und Fiktion*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- Randeria, Shalini. 1999. Geteilte Geschichte und verwobene Moderne. In *Zukunftsentwürfe. Ideen für eine Kultur der Veränderung*, Hrsg. J. Rüsen, 87–96. Frankfurt a. M.: Campus.
- Reuter, Julia. 2012. Postkoloniale Soziologie. Andere Modernitäten, verortetes Wissen, kulturelle Identifizierungen. In *Schlüsselwerke der Postcolonial Studies*, Hrsg. Julia Reuter und Alexandra Karentzos, 297–314. Wiesbaden: Springer.
- Reuter, Julia, und Paula-Irene Villa. 2010. Provincializing Soziologie. Postkoloniale Theorie als Herausforderung. In *Postkoloniale Soziologie. Empirische Befunde, theoretische Anschlüsse, politische Intervention*, Hrsg. Julia Reuter und Paula-Irene Villa, 11–46. Bielefeld: transcript.
- Riesebrodt, Martin. 2001. *Die Rückkehr der Religionen*. 2. Aufl. München: Beck.
- Roetz, Heiner. 2006. China – eine andere Moderne? In *Die Vielfalt und Einheit der Moderne. Kultur- und strukturvergleichende Analysen*, Hrsg. Thomas Schwinn, 131–150. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Rosa, Hartmut. 2013. Historischer Fortschritt oder leere Progression? Das Fortschreiten der Moderne als kulturelles Versprechen und als struktureller Zwang. In *Moderne und Religion. Kontroversen um Modernität und Säkularisierung*, Hrsg. Ulrich Willems et al., 117–142. Bielefeld: transcript.
- Rüchemeyer, Dietrich. 1979. Partielle Modernisierung. In *Theorien des sozialen Wandels*. 4. Aufl., Hrsg. Wolfgang Zapf, 382–396. Königstein: Hain.
- Santos, Boaventura de Sousa, João Arriscado Nuno, und Maria Paula Meneses. 2007. Introduction: Opening up the canon of knowledge and recognition of difference. In *Another knowledge is possible: Beyond Northern Epistemologies*, Hrsg. Boaventura de Sousa Santos, xvix–lviii. London: Verso.

- Schelkshorn, Hans. 2012. Entgrenzungen als Signatur der Moderne. In *Die Moderne im interkulturellen Diskurs. Perspektiven aus dem arabischen, lateinamerikanischen und europäischen Denken*, Hrsg. Hans Schelkshorn und Jameleddine Ben Abdeljelil, 218–248. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft.
- Schimank, Uwe. 2009. Wie sich funktionale Differenzierung reproduziert – eine akteurtheoretische Erklärung. In *Hartmut Essers Erklärende Soziologie*, Hrsg. Paul Hill et al., 201–226. Frankfurt a. M.: Campus.
- Schmidt, Volker. 2006. *Multiple modernities or varieties of modernity? Current Sociology* 54:77–97.
- Schwinn, Thomas. 2001. *Differenzierung ohne Gesellschaft. Umstellung eines soziologischen Konzepts*. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft.
- Schwinn, Thomas. 2004. Von der historischen Entstehung zur aktuellen Ausbreitung der Moderne. Max Webers Soziologie im 21. Jahrhundert. *Berliner Journal für Soziologie* 14:527–544.
- Schwinn, Thomas, Hrsg. 2006a. *Die Vielfalt und Einheit der Moderne. Kultur- und strukturvergleichende Analysen*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Schwinn, Thomas. 2006b. Die Vielfalt und Einheit der Moderne – Perspektiven und Probleme eines Forschungsprogramms. In *Die Vielfalt und Einheit der Moderne. Kultur- und strukturvergleichende Analysen*, Hrsg. Thomas Schwinn, 7–34. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Schwinn, Thomas. 2009. Multiple Modernities: Konkurrierende Thesen und offene Fragen. *Zeitschrift für Soziologie* 38:454–476.
- Schwinn, Thomas. 2010. Pfadabhängigkeiten und Kontingenzen: Wie viele Wege führen zur Moderne? In *Unsichere Zeiten. Verhandlungen des 34. Kongresses der Deutschen Gesellschaft für Soziologie in Jena 2008*, Hrsg. Hans-Georg Soeffner, 819–825. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Streeck, Wolfgang. 2001. Introduction: Explorations into the origin of Nonliberal capitalism in Germany and Japan. In *The origins of Nonliberal Capitalism: Germany and Japan in comparison*, Hrsg. Wolfgang Streeck und Kozo Yamamura, 1–39. Ithaca: Cornell University Press.

- Wagner, Peter. 2009. *Moderne als Erfahrung und Interpretation. Eine neue Soziologie zur Moderne*. Konstanz: UVK.
- Wehler, Hans-Ulrich. 1975. *Modernisierungstheorie und Geschichte*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- Wehler, Hans-Ulrich. 2006. Transnationale Geschichte – der neue Königsweg historischer Forschung? In *Transnationale Geschichte. Themen, Tendenzen und Theorien*, Hrsg. Gunilla Budde, Oliver Janz und Sebastian Conrad, 161–174. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- Whitehead, Laurence. 2002. Latin America as a mausoleum of modernities. In *Globality and multiple modernities: Comparative North American and Latin American perspectives*, Hrsg. Luis Roniger und Carlos H. Waisman, 29–65. Brighton: Sussex.
- Wohlrab-Sahr, Monika, und Marian Burchardt. 2011. Vielfältige Säkularitäten. Vorschlag zu einer vergleichenden Analyse religiös-säkulärer Grenzziehungen. In: http://www.denkstroeme.de/heft-7/s_53-71_wohlrab-sahr-burchardt.
- Zapf, Wolfgang. 2006. Modernisierungstheorie – und die nicht-westliche Welt. In *Die Vielfalt und Einheit der Moderne. Kultur- und strukturvergleichende Analysen*, Hrsg. Thomas Schwinn, 227–235. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.